

## LAÇOS DE VIOLÊNCIA EM VÍNCULOS CLASSISTAS: TRABALHADORES RURAIS NA PORÇÃO OESTE DO PARANÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

*Carlos Meneses de Sousa Santos<sup>1</sup>*  
*Sheille Soares de Freitas<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este texto chama a atenção para o modo como determinadas relações de poder, estabelecidas por trabalhadores rurais, podem extrapolar definições fragmentárias, indicadas a partir de noções como “mundo do trabalho” e “cotidiano de trabalhadores”. Discutimos no artigo como tais sentidos e usos conceituais acabam, muitas vezes, por cristalizar certas condutas desses sujeitos, de forma a cindir suas experiências sociais, destacando dimensões compartimentadas para o que se evidencia (de fato) como relações fortemente imbricadas. Essa reflexão emerge a partir da evidenciação de circunstâncias de violência, vividas por trabalhadores rurais na porção Oeste do Paraná. Algo apreendido de um universo de identificações, divisões e conflitos, comum à dinâmica de relações, estabelecida por esses trabalhadores na segunda metade do século XX. Esses aspectos foram narrados e tratados em programas de rádio. Ao utilizar esses materiais radiofônicos como fontes, evidenciamos interesses, valores e ambiguidades, compondo o modo como viver no campo traduzia enfrentamentos classistas ordinários, os quais (não raros) com tomadas de posição marcadas por atos violentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhadores Rurais. Relações de poder. Violência.

---

<sup>1</sup> Doutorando PPGHIS/UFU. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. E-mail: menesesufu@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em História PPGHIS/UFU. Docente do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: sfsheille@gmail.com.

**ABSTRACT:** This text draws attention to the way in which certain power relations, established by rural workers, may extrapolate the fragmentary definitions, indicated by “world of work” and “daily lives of workers”. We discuss in the article as such senses and conceptual uses end up, sometimes, by crystallize certain conducts of these subjects, in a way as to split your social experiences, highlighting compartmentalized dimensions for what it if perceive (indeed) as relations strongly interlinked. This reflection arises from the evidenciation of circumstances of violence, lived by rural workers in the West portion of the Paraná. Something understood from a universe of identifications, splits and conflicts, common to the dynamics of relations, established by workers in the second half of the 20th century. Those aspects were narrated and treated in radio programs. When using such radiophonic materials as fonts, we evidenced interests, values and ambiguities making up the way as to live in the field has translated classist confrontations ordinaries, which (not rare) with taking positions marked by violent acts.

**KEYWORDS:** Rural Workers. Power relations. Violence.

Ao pensar a realidade contemporânea, deparamo-nos com aspectos na condição comum de classe dos trabalhadores, os quais, em grande medida, extrapolam os elementos que dizem respeito à determinação de suas atividades de trabalho. Pois, se o trabalho continua sendo algo caro a esses sujeitos, existem pontos sobre a valoração de seu custo que merecem uma discussão menos centrada no universo da produção, reconhecendo, desse modo, circunstâncias que ampliam o horizonte de reflexão sobre suas vidas e relações de poder.

Nossas considerações reconhecem a obviedade de que trabalhadores trabalham, não pretendendo ignorar a latência dessa materialidade na sociedade capitalista. Pelo contrário, reafirmamos essa efetividade. Contudo, esse entendimento não desconhece a presença social de trabalhadores que excedem os terrenos de produção, identificando as marcas dessa “necessidade de classe” em um campo de relações mais amplo, próprio das determinações firmadas no chão das desigualdades.

Com esse prelúdio, não pretendemos que essas palavras soem como algo novo à historiografia brasileira, haja vista que são cada vez mais usuais as ponderações que tratam do que seria a superação da problemática que sugerimos. Afinal, essa questão surge envolta ao debate sobre os caminhos e desafios do que se caracterizou como história do trabalho. Um campo e percurso de discussão de mais de quatro décadas, em que, segundo Batalha,

Os temas tratados pela história do trabalho já não privilegiam esse ou aquele aspecto, tendem a ter mais atenção com a diferença e com a complexidade da realidade. A história do trabalho tradicional preocupava-se essencialmente com os aspectos que unificavam os trabalhadores; sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de ganhos e de status social, crenças, etc.). Certas dicotomias que prevaleceram durante algum tempo nesse campo, opondo, por exemplo: trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhadores não-organizados; agora têm pouco espaço.<sup>3</sup>

Essa avaliação, realizada em meados da primeira década do século XXI, foi promovida por um dos mais expressivos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) “Mundos do Trabalho”, ligado à Associação Nacional de História (Anpuh). Portanto, alguém advindo de uma tradição que buscava reposicionar-se diante do que fora definido como “história do trabalho tradicional”; nas palavras do autor, menos atenta “com a diferença e com a complexidade da realidade”.

Elementos que teriam se manifestado em dicotomias como “trabalho e lazer”, “organização e cotidiano”, “militância e trabalhadores não-organizados”, entre outras oposições; referenciais analíticos que, segundo suas considerações, passavam a ocupar um espaço marginal no interior desse campo de discussão.

---

<sup>3</sup> BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 89.

Difícil saber o quão efetiva tornou-se a incorporação desse anunciado, bastante recorrente em nosso tempo. O que, problema de mensuração à parte, não exclui as controvérsias a respeito das matizações de temáticas, temporalidades e escalas, ou ainda as polêmicas a respeito das hierarquizações mais pertinentes. Mas, como desdobramento dessa questão, talvez o mais complicado seja definir o que significa dizer perda de espaço dos que insistiram e insistem na “rígida” e/ou “clara” categorização das ambiências e temáticas vividas por trabalhadores ao se considerar o conjunto de suas experiências de classe.

Evidenciando essa dificuldade, Paulo Fontes, ao apresentar o percurso de reflexão que formulou em seu trabalho *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*, permite-nos algumas considerações sobre o modo como essas referências foram processadas em sua análise. Segundo o autor,

As últimas décadas têm assistido a um grande esforço dos historiadores sociais no sentido da ampliação e diversificação da análise de temas e espaços da vida dos trabalhadores. Não apenas o movimento operário organizado tem sido objeto de atenção, mas as diversas dimensões da experiência de classe. O cotidiano e cultura operária, as relações de gênero e familiares, as formas de lazer e sociabilidade dos trabalhadores, entre outros aspectos, passaram a ganhar extrema relevância nos trabalhos acadêmicos sobre a história do trabalho.

Assim, já há algum tempo não é mais possível afirmar que os historiadores do trabalho confinem seus estudos exclusivamente à abordagem de sindicatos, partidos políticos, greves ou relações e processos de trabalho no interior das empresas, temas, sem dúvida, fundamentais e que comporiam o “núcleo central da disciplina”, na expressão utilizada por Daniel James. Para muitos, no entanto, o desafio tem sido o de cruzar e combinar a abordagem de tais temas clássicos com uma perspectiva mais ampla e múltipla da diversidade de experiências da classe operária.

Em certo sentido a trajetória de construção deste livro acompanha esse desenvolvimento da historiografia do trabalho.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em*

Aqui, novamente, encontramos o verbete que trata do interesse em ampliar e diversificar a análise de temas e espaços da vida dos trabalhadores, deslocando-se do exclusivismo das abordagens destinadas a “sindicatos, partidos políticos, greves ou relações e processos de trabalho no interior das empresas”. Porém, destaca-se um adendo relevante, pois tudo isso deveria ser feito sem deixar de se reconhecer nessas dimensões o “núcleo central da disciplina”, a qual se manteria com o honroso epíteto de “a história do trabalho”.

Compondo essa pauta — o “desenvolvimento da historiografia do trabalho” —, Paulo Fontes propôs pensar a presença de “trabalhadores migrantes” em um dos bairros da capital paulista, evidenciando fundamentalmente os “nordestinos”. Refletindo sobre essa questão, centrou-se na temporalidade de meados do século XX, ou, como preferiu, “a era da Nitro Química” em São Miguel Paulista. Justificando essa delimitação, argumentou que:

este livro aprofundou a análise das relações entre a esfera do trabalho e da comunidade. Se de um lado, a fábrica constituiu um fundamental espaço de criação de uma identidade operária, por outro, o bairro também teve um papel central na constituição de um forte senso de comunidade que interagiu bastante com aquela identidade.<sup>5</sup>

A definição do bairro de São Miguel Paulista como bairro operário constituiu-se na estruturação para um campo de questões extremamente significativo diante das expectativas do autor. Qual seja, permitiu retomar a centralidade das “relações e processos de trabalho no interior das empresas”, assim como de todo o mecanismo funcionalista engendrado nessa problemática: “sindicatos, partidos políticos, greves...”.

Assim, a noção de comunidade passou a ser apontada como a possibilidade de buscar elementos para “cruzar e combinar a abordagem de tais temas clássicos com uma perspectiva

---

São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 20.

<sup>5</sup> FONTES, 2008, p. 20.

mais ampla e múltipla da diversidade de experiências da classe operária”. Nesse caminho, lançou-se mão de noções como “cotidiano e cultura operária”, “relações de gênero e familiares” e “formas de lazer e sociabilidade”.

Desse modo, a equação passou a contar com a seguinte associação:

Além da fábrica, o bairro era um espaço fundamental de articulação das redes sociais e de experiências comuns entre os trabalhadores de São Miguel Paulista. Local de moradia, lazer e trabalho, era no bairro que também se situava toda uma gama de relações pessoais com familiares, amigos e conterrâneos que municiaava os migrantes com conhecimentos e contatos essenciais na vida cotidiana. Na vizinhança e nas vilas, nos bairros, nas pensões e nas ruas, os trabalhadores de São Miguel conservavam suas relações familiares e de amizades trazidas do Nordeste e de outras regiões, criavam novos vínculos e aprofundavam contatos, muitas vezes iniciados na fábrica. O bairro era, assim, o lugar decisivo para a ressocialização do migrante na cidade e um espaço de trocas de experiências e “produção de cultura”.<sup>6</sup>

Apesar de Fontes afirmar a centralidade das questões clássicas na história do trabalho, o fato de enfatizar a importância do cotidiano no processo de formação de classe parece ter o impellido a justificar-se, argumentando que “preocupei-me em não despolitizá-lo e em demonstrar sua vital importância para a construção de redes sociais e de um espaço público onde os trabalhadores puderam construir identidades e lutar por direitos”.<sup>7</sup> Perante esse encaminhamento, formulou algo que sustentou durante todo o trabalho, “procurei superar a dicotomia, bastante comum na literatura, entre ‘morador’ e ‘trabalhador’”.<sup>8</sup>

Sobre suas pretensões, parece-nos relevante apontar a

---

<sup>6</sup> FONTES, 2008, p. 133.

<sup>7</sup> FONTES, 2008, p. 21.

<sup>8</sup> FONTES, 2008, p. 36.

distinção entre não despolitizar o cotidiano — evidenciando a “constituição de redes sociais”, assim como percebendo uma “gama de relações pessoais”. Por outro lado, é importante reconhecer, também, essas práticas como a própria expressão de relações políticas, uma vez que o cotidiano é indicado enquanto uma espécie de dimensão de base, a partir da qual “os trabalhadores puderam construir” suas ações no “mundo político”.

A aproximação entre as relações do tipo “cotidianas” e do tipo “mundo político” apenas reforça a divisão etapista entre esses dois momentos. Assim, a noção de “fazer política”, destacada de modo contundente em dois dos cinco capítulos — sendo que em um deles ganha relevo já no título —, mais uma vez reforça “os espaços”, “as ações” e “os sujeitos” que devem ser reconhecidos como de relevância política.

Desse modo,

Fazer parte das redes sociais desenvolvidas na fábrica e no bairro e compartilhar de referências culturais e experiências comuns era fundamental para a formação de lideranças e, por exemplo, possibilitou a construção de legitimidade para a ação sindical na região no período entre 1945 e 1964. Adelço Almeida, trabalhador na Nitro e presidente do Sindicato dos Químicos entre 1956 e 1964, acreditava que a sua “procedência de nordestino” lhe dava muito “acesso àquela baianada”. “Eles acreditavam muito em mim”, explica, “porque eu também ia beber cachaça, dançar forró, fazer farra”.<sup>9</sup>

[...]

Essa forte presença musical e cultural no bairro também pôde ser constatada no mundo político. Comícios na região, por exemplo, eram quase sempre acompanhados por apresentações de músicos e bandas locais.<sup>10</sup>

O líder sindical e os que apenas bebem cachaça, dançam

---

<sup>9</sup> FONTES, 2008, p. 126.

<sup>10</sup> FONTES, 2008, p. 156.

forró e fazem farra: isto é, o operário político e “aquela baianada”; a “forte presença musical e cultural” e os cantores e músicos que se apresentavam nos comícios e entravam para o mundo político. Esse é o nível da combinação/cruzamento entre os temas clássicos da história do trabalho e a ampla e múltipla diversidade de experiências da classe operária. Talvez, foi ao se preocupar com procedimentos como esse, que Thompson chamou a atenção de que “à medida que... silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos”.<sup>11</sup>

Caso os temas e recortes clássicos da história do trabalho permaneçam intactos, informados que são pela também “visão clássica”, adicionar “redes sociais” e “relações pessoais/informais” ao planetário bem definido do “mundo político” e/ou “mundo do trabalho” pode contribuir muito pouco para alterar a imagem oferecida pelo vanguardismo, inclusive o acadêmico. De outro modo, como entender a afirmação de que “para vários jovens migrantes... a abertura política do pós-guerra, somada ao fato de que muitos mal tinham tido contato com o mundo político em suas terras de origem, significava que a chegada a São Paulo trazia também esse novo campo de possível interesse e participação?”<sup>12</sup> Ou mesmo a compreensão de que

o PCB certamente capitalizou o entusiasmo e a simpatia dos trabalhadores que, em sua maioria, pela primeira vez, podiam debater e reclamar publicamente de seus problemas e demandas. Não à toa, ruas e praças públicas foram ganhas para a política naqueles eufóricos meses.<sup>13</sup>

A ideia de que esses sujeitos são levados a conhecer o debate político e impulsionados a agir chega a parecer idílica. Fora desse script dirigista, cabe perguntar: como entender a avaliação de homens e mulheres que deixaram os lugares onde

---

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.185.

<sup>12</sup> FONTES, 2008, p. 213-214.

<sup>13</sup> FONTES, 2008, p. 223-224.



nasceram e partiram em busca do que esperavam ser uma vida melhor? Que relações essas pessoas recusavam a partir de suas movimentações? Que sentidos atribuíam à vida que levavam? O que esperavam conquistar? Essas dimensões não seriam elas mesmas expressões políticas?

Tudo isso para não falar de constructos teoricistas elaborados fora do campo historiográfico, e que talvez não tenham perdido tanto espaço quanto supõe Batalha, haja vista que essas questões não são exclusividade de nossas reflexões. Sintonizadas nessa faixa de análise, destacamos as proposições de Ricardo Antunes, as quais alcançaram algum destaque ao apresentarem argumentos sobre essa ampliação interpretativa no interior de uma determinada tradição, conhecida como sociologia do trabalho, e, fundamentalmente, definirem uma “noção ampliada de classe trabalhadora”, defendendo que,

A expressão “classe que vive do trabalho” [...] tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda de validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade.<sup>14</sup>

Nesses contornos, o olhar do autor não se afasta um centímetro da centralidade atribuída às atividades de trabalho desenvolvidas por trabalhadores, sendo que sua noção de amplitude implica na incorporação do que seriam as formas emergentes de atividades e setores de produção, sentenciando que,

---

<sup>14</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 101.

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre o seu núcleo central), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais.<sup>15</sup>

Diante dessas formulações, não estamos meramente consentindo com enquadramentos elaborados na afirmação de uma espécie de ponderação sobre a vida dos trabalhadores fora de seus variados ambientes de trabalho. Não que esse ponto não seja o caminho elegido nesta discussão, pois que, de fato, esse é o mote que iremos privilegiar, mas temos um incômodo com essa divisão, que destaca dimensões distintas no que percebemos como uma mesma relação.

Ao pensar sobre essas elaborações, evidenciaremos experiências de trabalhadores que indicam os sentidos dessa problemática. Questionaremos o forjar dessa delimitação, marcada por noções como “mundo do trabalho” e “cotidiano de trabalhadores”. Apontaremos para os meandros dessas definições, que parecem mutilar certas visualizações atribuídas a trabalhadores, tipificando e restringindo um universo de relações pouco afeito a essas caracterizações (ora produtivas ora ordinárias).

De outro modo, como não perceber as conotações e os sentidos do trabalho como algo cotidiano na vida dos

---

<sup>15</sup> ANTUNES, 2002, p. 102.

trabalhadores? Como delimitar um “mundo do trabalho” como um cenário a parte, do qual tudo o mais não passaria de decorrência espontânea? Que sentido há em cindir o que se materializa como “uma trama imbricada da experiência social?”<sup>16</sup>

Khoury, argumentando sobre a relevância de abandonarmos essas compartimentações, sugere o deslocamento de uma reflexão focada no “mundo do trabalho”, passando ao “mundo dos trabalhadores”. A autora elege, por sua vez, caminhos e elementos para a superação desse universo circunscrito à produção, não abrindo mão, no entanto, do desafio de articular essas diferentes dimensões a partir do interesse em colocar “a luta de classes no centro da indagação e da explicação histórica”.<sup>17</sup>

Essas interpelações e aporte teórico serão tratados a partir de registros da presença de trabalhadores rurais que tiveram suas movimentações, na porção oeste do Paraná, anotadas por programas de rádio no decorrer da segunda metade do século XX. Apontaremos como determinadas imagens, enquadradas como apresentações de eventos de violência, permitem identificar ações desses sujeitos que, mesmo fora de seus espaços de trabalho, exibem certa dinâmica de relações marcada pela tensão classista, expressando o lugar de classe que ocupam e os valores que potencializam em situações de confronto.

\*\*\*\*\*

Ao pautarmos essas noções e práticas, tornou-se possível discutir conflitos erigidos em distanciamentos firmados entre trabalhadores e patrões, tanto quanto aproximações sustentadas entre esses mesmos sujeitos; sendo que, também, não nos refutamos a tratar dos desentendimentos estabelecidos entre os próprios trabalhadores. Portanto, enfrentamos as sinuosidades de suas condutas e avaliações, analisando as

---

<sup>16</sup> KHOURY, Yara A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: VARUSSA, Rinaldo J. (Org.). *Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140.

<sup>17</sup> KHOURY, 2009, p. 124.

contradições inerentes as suas ações e relações de poder. Repercutimos, a partir dessa trama, os valores, tanto quanto as condições, que informaram os modos como foram apresentados nos materiais pesquisados.

Foi assim que, entre milhares de páginas integrantes do que seriam os anais do noticiário *Frente ampla de notícias* — produzido e transmitido pela *Rádio Difusora do Paraná* —, chegamos à narração do assassinato de um trabalhador rural, vítima de facadas lançadas por seu ex-patrão, quando saíam de um bar. A notícia fora irradiada em julho de 1972, composta da seguinte maneira:

Por motivos de somenos importância o indivíduo Manoel, com 42 anos de idade, pernambucano, desferiu três facadas contra o indivíduo José, com 22 anos de idade, também pernambucano. Fato que ocorreu no último domingo, no interior de uma bodega no Guaçú, sendo o faqueado removido para o Hospital, e devido a gravidade dos ferimentos faleceu.

Segundo palavras do delegado, José (a vítima) era empregado de Manoel (o criminoso) e encontravam-se certa feita em uma bodega depois de beberem bastante cachaça. [Ao irem embora] José tinha comprado um saco de sal e dado para o seu Manoel carregar.

Até aí, nada demais. O fato é que José começou a fazer troça do seu Manoel, dizendo que tinha arranjado um cavalo para carregar o produto comprado.

O seu Manoel não gostou da brincadeira, fato é que José teve que procurar outro emprego.

Domingo último encontraram-se novamente e desta feita após umas que outros os homens se acharam.

Resultado:

José tomou três facadas e veio a falecer. Que é isto minha gente? Por causa de uma brincadeira, apelar para uma peixeira?<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> JOSÉ, Ricardo; SCHMIDT, Adalberto. Marechal Cândido Rondon registra mais um assassinato. *Frente Ampla de Notícias*. Marechal Cândido Rondon:

O periódico classificou sua narrativa como o registro de “mais um assassinato”, mais um episódio de violência, dentre tantos casos, recorrentemente apresentados. Chamou-nos a atenção para o tom de futilidade dado ao evento, buscando alinhar entendimentos quanto à naturalidade das relações de exploração.

No entanto, essa avaliação não parece ter sido o entendimento depreendido pelos protagonistas do fato noticiado. Haja vista que Manoel apelou para a peixeira, portanto não viu brincadeira nas circunstâncias por que passara, e, como consequência, desferiu três facadas em José, deixando claro que (para ele) o assunto não era de “somenos importância”.

O assunto dizia respeito à insubordinação demonstrada por seu empregado, que no decorrer dos acontecimentos passou a ex-empregado — e, por fim, a trabalhador morto por seu ex-patrão. Portanto, o encadeamento dos acontecimentos precisa ser avaliado a partir das posições sustentadas pelos sujeitos envolvidos, reconhecendo as motivações de suas posturas, as quais foram rearranjadas no desenrolar das relações por eles estabelecidas.

Desse modo, precisamos notar que o encaminhamento da relação em questão processou-se fora do ambiente de trabalho (em um dia de domingo, tendo a “bodega” do distrito rural como espaço de convívio). Mas, mesmo fora do território da produção, a ambiência classista não deixou de manifestar-se, exibindo, por sua vez, as marcas da distinção e da desigualdade social.

Esse terreno de contrastes não exclui a possibilidade do convívio entre trabalhador e patrão, mesmo em momentos de folga e/ou lazer. Até mesmo porque são nessas relações que emergem as posições e os lugares dos sujeitos sociais. Dessa convivência instituem-se as distinções de classes. Aqui, a diversão domingueira entre conterrâneos, advindos do nordeste brasileiro, não impediu o desfecho do conflito patronal no sul do Brasil.

Ainda que a rádio assuma o relato policial em sua narrativa, ora anunciando-os como “indivíduos”, ora nomeando-os como “vítima” e “criminoso”, temos que as distinções e posições que

assumem socialmente se afirmam e demarcam papéis e condições de classe para enfrentar tais conflitos e pressões, que remetem a um campo de forças que não diz respeito apenas às relações mantidas entre “Manoel” e “José”, apesar de depreendermos de suas vidas esse aspecto da tensão de classes.

Essa ponderação inspira-se nas considerações propostas por Thompson, quando de sua reflexão sobre a dinâmica do “fazer-se de classe”, elaborada no “Prefácio” de seu trabalho sobre a “A formação da classe operária inglesa”.<sup>19</sup> O autor argumentava, ainda na década de 1960, que

[não via] a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.<sup>20</sup>

Esse fragmento (que figura em um número significativo de notas de rodapé formuladas em trabalhos acadêmicos espalhados pelo mundo) foi interpretado de maneiras distintas e, por vezes, conflitantes. Logo, não nos propomos a elaborar nenhuma espécie de entendimento definitivo sobre essas frases, nem mesmo pretendemos esclarecer “o que de fato Thompson quis dizer...” ao escrevê-las.

Quando nos declaramos inspirados por esses apontamentos, estamos dizendo, tão somente, que nossa leitura visualiza um procedimento de reflexão que nos parece instigante, isto é, o

---

<sup>19</sup> THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

<sup>20</sup> THOMPSON, 1987, p. 9.

apelo pela evidenciação das relações de poder e o processo de constituição de posicionamentos na luta de classes. A interpelação materialista nesses termos nos é muito sugestiva.

Assim, para além de reconhecermos as controvérsias emergidas dos muitos entendimentos que buscam caracterizar a “consciência de classe”, elaborada por trabalhadores ao viverem relações comuns de desigualdade, atentamo-nos para um horizonte de investigação demasiadamente alargado, no qual, segundo Thompson, “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.<sup>21</sup>

No entanto, essa imagem — destacada pelo que entendemos ser o necessário alargamento do olhar direcionado às relações vividas por trabalhadores — ainda se encontra fortemente circunscrita às “ideias e formas institucionais”, modelo predileto para delimitar o espaço onde trabalhadores “sentem e articulam a identidade de seus interesses”, alocando as demais dimensões da vida a lugares de ausência (de falta de articulação da identidade e dos interesses de classes).<sup>22</sup>

O entendimento ampliado das relações classistas permitiu percebermos (na notícia radiofônica citada) como, “em certa feita”, apesar de patrão e trabalhador “beberem [juntos] bastante cachaça”, o senhor de terras tenha decidido (no decorrer do mesmo dia) demitir seu funcionário, que, a despeito de terem compartilhado o momento de folga, julgara ter-lhe faltado com a devida deferência quando retornavam a sua propriedade. Ao trabalhador cabia, diante dos limites da relação de poder ali colocada, “procurar outro emprego”.

Todavia, não podemos confundir esse desfecho com onipotência patronal. Afinal, a desigualdade não pode ser tomada como sinônimo de subordinação consentida de trabalhadores. De

---

<sup>21</sup> THOMPSON, 1987, p.10.

<sup>22</sup> Quanto a uma das afirmações mais expressivas no que diz respeito a essa predileção, ver: HOBBSAWM, Eric. Notas sobre consciência de classe. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre História Operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

outra maneira, não reconheceríamos afronta/enfrentamento na conduta de José, que fez “troça do seu Manoel”. Aqui, a opressão não se manifesta por aquiescência ou apatia, mas, sim, apesar de confrontações que puseram fim à vida do trabalhador, pois a troça é ela mesma a expressão do embate social.

Nessa direção, talvez estejamos perdendo a oportunidade de visualizarmos o modo como tantos outros trabalhadores inserem-se e veem-se nesse processo de luta, rivalizando valores (em circunstâncias similares a esta), os quais expandem suas presenças no cenário matizado, deslocando o foco daquele adequado enfrentamento político de classe, conforme as definições da clássica história do trabalho.

Com esse argumento, não pretendemos que o trabalhador passe de vítima a algoz. Trata-se, ao invés disso, de chamar a atenção para o campo de forças balizador das relações firmadas, apesar de estarmos cientes de que são firmadas no terreno da desigualdade. Talvez José percebesse, naquela circunstância, a possibilidade de confrontar uma imagem que fazia menção ao modo como se via na relação de trabalho mantida com o Sr. Manoel. Uma relação que, quase sempre, colocava-o em posição subordinada às vontades patronais. Uma imagem que, diante da avaliação insatisfatória de sua condição de classe, podia assemelhar-se à de um cavalo de carga.

Sobre tal desencadeamento, tem-se a impressão de que a afronta formulada na “troça” é mais provocadora do que aparentemente se supõe, enganando-se quem considera que ações como estas são de “somenos importância”. Pelo menos pareceu importante ao trabalhador, o qual não abriu mão de se confrontar (mesmo que nesses termos), o que acabou custando-lhe a vida; enquanto o patrão, por sua vez, foi conduzido à cadeia (ficando por lá alguns dias), tudo em nome do revide que empreendeu a seu ex-empregado.

Tudo isso ambientado em uma bodega, num dia de folga. Ambiência que parece dificultar a recorrente delimitação proposta ao tratar da vida de trabalhadores. Pois que não consideramos pertinente classificar tal experiência, seja no enquadramento do “mundo do trabalho”, no emolduramento do “cotidiano de trabalhadores”, seja apartado do “mundo político”.



A imagem formulada na narração da morte do trabalhador nada diz sobre suas atividades de trabalho, não revelando as peculiaridades de suas atribuições como empregado rural. Portanto, essa documentação silencia uma dimensão significativa de sua experiência como trabalhador. Porém, tal fragmento não deixa de se remeter às condições e às avaliações erigidas ao se viver (e morrer) como trabalhador. Isso nos sugere a relevância desta reflexão.

Uma discussão que pode ganhar contornos ainda mais elásticos quando consideramos o anúncio, desta vez em tom anedótico, da briga entre um peão e um proprietário rural; os quais, conforme os registros do periódico radiofônico, anteriormente mencionado, desentenderam-se quando carneavam um porco. Sendo que, no final da década de 1970, o programa jornalístico anunciava o evento do seguinte modo:

Ontem à tarde, em Margarida, um porco estava sendo limpo na propriedade de Benedito. Em seu auxílio, o peão João, de 43 anos, ajudava na tarefa, em troca da qual iria receber torresmo e carne, um negócio joia. Acompanhava o serviço uma boa garrafa de pinga que deixou tanto Benedito como João às alturas, e a briga não tardou. Armado com um pedaço de cano e uma faca, João enfrentou Benedito, sua sogra e sua esposa, que vieram em socorro do dono da casa, e... do porco.

Os três não conseguiram deter a João, e um vizinho teve que intervir para acabar com a briga. Para ele não foi difícil detê-los, dado ao estado em que ambos se encontravam. Tocou o pé no pescoço dum e firmou o outro até se acalmarem, tendo-os conduzido perante o subdelegado de Margarida, que encaminhou-os à delegacia de polícia de Marechal Cândido Rondon. O delegado deteve João, e os outros três foram para o hospital.<sup>23</sup>

Trabalhador rural e proprietário de terras novamente se encontram em uma tarde de domingo. Todavia, não estão em

---

<sup>23</sup> PORCO esperou terminar a briga para acabar de ser carneado. *Frente Ampla de Notícias*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 16 de fevereiro de 1978. Programa de Rádio.

um bar, apesar da presença da “boa garrafa de pinga”, que teria deixado “tanto Benedito quanto João às altas”. Embora fosse dia de folga, estavam a “serviço”, carneando um porco a ser repartido entre peão e patrão.

Caso nos desviemos da tentação do enquadramento reducionista — fugindo da bipartição “mundo do trabalho” e “cotidiano de trabalhadores” —, precisamos reconhecer que essa relação diz respeito tanto ao universo de trabalho (assumido por João e empreitado por Benedito), quanto pelo tenso convívio de homens que se colocam em certa familiaridade em seus tratos de distração, mesmo que em determinadas ocasiões destinadas às relações de trabalho.

Afinal, “um porco estava sendo limpado na propriedade de Benedito”; onde, “em seu auxílio”, contava com o peão João; que, por sua “tarefa”, “iria receber torresmo e carne”. Uma relação de produção, tendo em vista o desfecho da matança do animal, que vinha tendo seus contornos alterados, uma vez que o emergente padrão industrial começava a tomar formas mais vigorosas no decorrer da década de 1970, avançando assim sobre as tradicionais “parcerias”, tais como as indicadas nessa circunstância.

Em virtude do caráter fortemente exploratório das novas atividades de produção rural — não apenas no que diz respeito à suinocultura, mas também na produção leiteira, avícola e de grãos (tais como soja, trigo e milho) —, a visualização harmoniosa de experiências como a de Benedito e João, por vezes fortemente empregadas na literatura sobre a mecanização rural, parece uma abstração, tal como se observa na documentação citada. Essa visão, justificável por sua oposição ao novo padrão de produtividade, parece questionável quando a avaliamos em seus próprios termos.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Aspectos desse olhar bucólico e fortemente romântico podem ser percebidos, cada qual à sua maneira, em:

- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001;
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002;
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

Desse modo, para além do aspecto de lazer — expresso pela atividade realizada em um dia de folga, pela bebedeira e pela partilha do produto do trabalho —, a relação de poder estava estruturada na pauta das relações classistas. Sua dinâmica se processa em uma linha tênue, a qual oscila (como um pêndulo vacilante e indeterminado) entre a camaradagem e o conflito.

Nesses possíveis contornos, o trabalho descontraído, materializado na aparente amistosidade entre trabalhador e patrão, aciona o próprio tumulto. O cenário de passividade explode, pois que “a briga não tardou”.

Aqui, novamente, a imagem narrada evidencia certos elementos, ao mesmo tempo em que silencia outros. Pois, apesar de permitir a evidenciação das inferências até agora insinuadas, não lança luz alguma sobre os motivos dos desentendimentos que teriam detonado a confusão. Pelo contrário, parece atuar na bestialização do trabalhador, apontando-o como responsável por uma agitação despropositada e desmedida, haja vista que nem mesmo a mulher e a sogra do proprietário rural teriam sido poupadas de sua fúria irrefletida, a qual justificaria sua condução à delegacia, enquanto suas vítimas teriam sido dirigidas ao hospital.

Formulações desse porte avigoram o argumento de que essas são práticas comuns ao universo dos trabalhadores, caracterizando-as como ações “inconscientes”, movidas pela bebedeira. A indicação de motivações “banais”, devido a um “estado de violência” que paira sobre a vida de certos trabalhadores, foi um dos indícios destacados pela pesquisa de Maria Stela Lemos Borges.<sup>25</sup>

A autora — ao tratar de trabalhadores rurais (analisados como “peonagem”), que se vinculavam a empreendimentos em fazendas e carvoarias no Mato Grosso do Sul —, avaliou os confrontos entre trabalhadores e destes com outros sujeitos a partir da banalização da violência, que, por consequência, assolaria suas vidas (no trabalho e fora dele). Borges concebeu essas relações como um

---

<sup>25</sup> BORGES, Maria Stela Lemos. *A consignação da violência: a peonagem na Região de Três Lagoas-MS*. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. 2002. p.224.

universo que se fez na esteira da violência. Algo que se tornou parte da vida e morte de muitos deles.

Sua narrativa sugere que esse “estado de violência” não se constitui limitado ao “mundo do trabalho”, mesmo que ressalte as alterações estruturais no setor produtivo rural em tempos capitalistas. Ela procura, em momentos distintos do texto, dar conta desses dois campos de discussão separadamente (mudanças no mundo do trabalho e aspectos do cotidiano dos trabalhadores).

Com esse empenho, os espaços de pensões, lanchonetes, bares, bordéis e ruas foram seu foco para recompor o que identificava como “cotidiano” da violência. Enquanto a análise do que indicou como “trabalho precário” e “exclusão” em “tempos de globalização” serviu para tratar das alterações na produção e relações de trabalho no campo; para que assim compusesse o cenário de tais embates violentos e da reestruturação do lugar da “peonagem” na produção rural.<sup>26</sup>

Borges prioriza a identificação de certa naturalização da violência na vida e “subjetividade” dos trabalhadores.<sup>27</sup> A autora avaliou — no imediatismo analítico — a constituição de “réus e vítimas” nesse enredo, em que desafetos pessoais e condições de vida sugeriam crimes e mortes regados à embriaguez de trabalhadores. O sentimento de exploração que ascende em dias de folga, ou ainda a latência e emersão de avaliações morais, concorrência e privilegiamentos não se cruzam em sua narrativa e reflexão, dificultando uma avaliação mais densa e contraditória desse movimento histórico.

A propósito da configuração da temática da violência como recurso à banalização da conduta dos sujeitos implicados na documentação apresentada até aqui, parecem-nos bastante sugestivas as considerações de Silvia H. Lara. A autora, colocando-se no debate sobre as relações de poder mantidas entre escravos e seus senhores, chamou a atenção para considerarmos

---

<sup>26</sup> BORGES, 2002, p. 17-18.

<sup>27</sup> BORGES, 2002, p. 227.

esse universo de convivência a partir de uma imagem que os percebessem envoltos em “Campos da Violência”.<sup>28</sup>

Sua argumentação retomava as controvérsias do “debate sobre o caráter brando ou cruel da escravidão no Brasil”. Diante dessa preocupação, questionava-se sobre a própria utilidade do termo violência para a compreensão das práticas e estratégias da resistência escrava, atribuindo a essas ações um caráter proativo, haja vista que as percebia como engendradas por trabalhadores em seus diversos aspectos da vida, algo que se tornou instigante ao debate na historiografia brasileira, uma vez que a autora promovia a junção dos termos trabalhadores e escravos, localizando-os em diferentes ambientes de relação.

Apesar de ocupar-se de uma temática e temporalidade que não são as deste trabalho, Lara apontou para uma preocupação metodológica e teórica que nos parece significativa, segundo a qual,

A maior parte da bibliografia relativa a este aspecto tende a privilegiar o estudo dos grandes quilombos, rebeliões e insurreições. Alguns mencionam ainda práticas individuais como suicídios, abortos, descuidos no trabalho, etc. Tanto num caso quanto noutro, porém, a análise se faz em termos do binômio geral da ação e reação. As faltas, crimes e rebeldias escravas aparecem contrapostos aos castigos, punições ou ações repressivas e/ou vice-versa, sendo frequente encontrarmos na bibliografia a afirmação de que a resposta escrava a uma dominação essencialmente violenta era, também e necessariamente, violenta. [...] De certo modo, o discurso que enfatiza a violência acaba por igualar-se ao que insiste na tecla da coisificação do escravo. Ao conceberem a resistência escrava apenas quando ela rompe a relação de dominação, quando os escravos tentam deixar de ser cativos, acabam ambos também por negar-lhes, enquanto cativos, sua condição de agentes históricos.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>29</sup> LARA, 1988, p. 344-345.

A autora, buscando distanciar-se de interpretações que faziam da noção de violência um termo autoexplicativo e mecânico, indicou-o como a própria expressão da relação entre os sujeitos abordados por ela. Uma relação marcada pela violência, porém dinamizada por um campo de forças a ser considerado para além dos dispositivos da ação e reação. Uma sugestão interpretativa que afirmava a relevância em repercutir os sentidos das condutas violentas assumidas por escravos, inclusive pelos que não figuravam nas imagens da “resistência subversiva”. Um modo de percebermos que também esses sujeitos atuavam na composição das relações de poder, sustentadas na historicidade das relações entre escravos e senhores.

Assim, em analogia a seu trabalho, dedicamo-nos à identificação e reconhecimento das ações de sujeitos que, por comum, são ignoradas enquanto expressões das tensões de classes, ora por serem entendidas como insurgências individuais às opressões pontuais, ora por não pautarem a confrontação sistemática da exploração, tendo em vista seu caráter supostamente difuso e pessoalizante.

Mas, para além da desqualificação dos trabalhadores, indicada nos fragmentos radiofônicos anteriormente analisados, percebemos que as narrações do periódico jornalístico — formuladas naqueles moldes — sustentavam a pretensão de atrair para si certa atenção dos ouvintes nas cidades da porção oeste paranaense, universo no qual atuava e ainda atua. Uma aposta que parece ter alcançado algum sucesso.

Quadros como esses, dedicados às ocorrências policiais, fizeram-se presentes no programa jornalístico *Frente Ampla de Notícias* desde o momento de sua criação, em meados da década de 1960. Esses quadros detiveram-se, em várias ocasiões, a aspectos da vida de trabalhadores, explorando um cenário que se tornou recorrente, principalmente quando de anúncios dos desentendimentos mantidos exclusivamente entre trabalhadores.

Esse enredo, pouco afeito a censuras — tendo em vista a posição social de seus protagonistas —, fornecia material adequado ao sensacionalismo e à exposição desses trabalhadores. A descrição encarniçada revelava-se na crueza

de detalhes sugeridos quase sempre como sádicos, portanto possíveis de provocar a atenção esperada.

Essa espécie de anúncio de episódios fantásticos, encarnados nas relações de violência vividas por trabalhadores, fez com que as circunstâncias que estabeleceram a prisão de Benitez, outro trabalhador abordado pela emissora, também se tornassem material significativo para o *Frente Ampla de Notícias*. Sua detenção, ocorrida no ano de 1976, foi assim apresentada:

No dia 8 de setembro de 1975, o paraguaio Benitez assassinou a foice Francisco. Tudo começou no dia 7 de setembro do ano passado, em Linha Três Voltas, Distrito de Quatro Pontes, quando então, Francisco e Benitez eram amigos e bebericavam durante o almoço. Francisco contava com uma certa idade e convidou o filho maior do seu amigo paraguaio para dar-lhes alguns caramelos que havia comprado. O rapaz de 9 anos não quis ir pois tinha tratado uma pescaria numa sanga com um amiguinho. Daí Benitez consentiu que seu filho menor acompanhasse-o, e para o rancho de Francisco saíram os dois, ele e o garoto de 4 anos de idade. Como seu filho mais velho retornou da pescaria, pois temia descer a sanga com os companheiros para procurar melhores lugares, saíram juntos em busca de uma nova empreitada com um colono próximo.

Para encurtar caminho, passaram perto do rancho de Francisco e ouviram a voz do filho e irmão pequeno que se debatia.

Pai e filho se aproximaram do casebre e perceberam a cena chocante e deprimente, que esta manhã foi narrada por Benitez e que por pudor abstemo-nos a reportá-la, somente informando que o menor foi estuprado. Benitez ainda narrou que Francisco disse merecer morrer pelo que havia feito, no que foi parteado pelo pai dizendo que o caso seria tratado com a autoridade e deixou-o preso no barraco, permanecendo sob guarda. [...] Instantes após, apareceu um volks vermelho que foi parado pelo paraguaio que pediu que avisasse à subdelegacia de Quatro Pontes, mas ele nem sabe se realmente o motorista levou seu recado. Acontece que nesse ínterim, Francisco fugiu pelo trigal e ao voltar [da conversa com o motorista do Volks] não percebeu a ausência dele, isto acontecendo somente mais

tarde. Armou-se de uma foice e pacientemente aguardou a volta do criminoso, que aconteceu no dia 8 à tardinha. Benitez disse saber que seu ex-amigo vivia armado e quando encontrou-o, chamou, e foi tomado de surpresa ao receber a investida deste à porta do barraco, golpeando-o. Fugiu do local e passou a trabalhar no vizinho município de Toledo. Dia 29 passado retornou para novamente trabalhar com seu ex-patrão o que lhe valeu a perda da liberdade. Um bárbaro crime foi cometido sob circunstâncias chocantes e deprimentes. UM CRIME JUSTIFICA O OUTRO?<sup>30</sup>

Sobre o modo como foi formulada a narração, percebemos a disposição em fazer desse anúncio algo mais significativo do que um mero aviso. A comunicação do crime é elaborada em contornos que exploram o episódio em sua dramaticidade, destacando não apenas as ações, mas também as ponderações dos sujeitos envolvidos no enlace apresentado. Chegando, por fim, a propor a implicação dos possíveis ouvintes, que passavam a ter ciência das passagens narradas, indagando quais seriam suas avaliações a respeito do ocorrido.

Nesses termos, o conflito entre Benitez e Francisco aparece subscrito no espaço da violência. Em que, apesar do emissor declarar-se pudente, não deixou de dar notícia (em plena programação da rádio) da situação vivida pelos sujeitos destacados. Assim, opera-se a exposição da vida desses trabalhadores como expressão da degradação social.

A imagem atribuída ao estupro do garoto de quatro anos, indicada como uma “cena chocante e deprimente”, é contraposta ao assassinato que fora cometido em seu revide, o qual fora apontado como igualmente “chocante”, tendo em vista que a arma utilizada na consumação do ato tratava-se de uma foice. Desse modo, a suposta contraposição emerge envolta em um episódio comum, unificado a partir da visão da bestialidade.

---

<sup>30</sup> 9 MESES após o crime, Benitez é detido. *Frente Ampla de Notícias*. Marechal Cândido Rondon: Rádio Difusora do Paraná, 1 de junho de 1976. Programa de Rádio.



No entanto, para além desse enquadramento, a documentação aponta para o universo de relações mantido entre trabalhadores rurais, indicando, de forma circunscrita, seus momentos de descanso e distração, esses passados em um feriado. Essa demarcação, por sua vez, permite que percebamos a dinâmica de aproximação e distanciamento mantida por esses sujeitos em seus ambientes de lazer. Por sinal, uma dinâmica que não escapa à tensão, ora marcada por identificações e ora vivida em conflitos.

Novamente, chamamos a atenção para o encadeamento das condutas que partem da aproximação e desembocam na confrontação, uma vez que “os amigos” Francisco e Benitez, “que bebericavam durante o almoço”, envolveram-se, em poucos dias, em um desentendimento atribulado e fatal.

Contudo, a fatalidade em questão não é obra de um destino previamente configurado, dado à revelação em um ambiente naturalmente violento e degradado. Antes, alicerça-se nas posturas assumidas pelos protagonistas em evidência. Posturas que, mesmo erigidas a partir do chão comum das desigualdades, divergem em valores que opõem trabalhadores que compartilhavam folga, almoço, bebida e demais reciprocidades afetivas — entre as quais, as guloseimas que teriam atraído o garoto que fora molestado. Um cenário de distrações que não exclui a possibilidade da manifestação da violência e da brutalidade, mesmo entre trabalhadores.<sup>31</sup>

Tal desfecho, processado em um dia de folga, fez com que o trabalhador paraguaio reorganizasse sua vida, inclusive deixando o emprego e a moradia que ocupava em Quatro Pontes. A fuga, considerada a partir das ocorrências mencionadas, provocava

---

<sup>31</sup> Quanto aos supostos dessa argumentação nos parece significativa a interpretação proposta por Thompson a propósito de práticas como a “venda de esposas” na Inglaterra da segunda metade do século XVIII e decorrer do século XIX; assim como também nos parece instigante sua reflexão sobre a “Rough music”, ver: THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.305-352.; THOMPSON, E. P. Rough music. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.353-405.

Benitez a repensar a integralidade de sua vida. Uma posição que nos instiga a refletir sobre a suposta marginalidade de eventos como esses ao nos atentarmos para as experiências de trabalhadores.

Sua movimentação, expressa na dinâmica de mudanças que passa por sair do Paraguai, encontrar-se em Quatro Pontes (quando dos episódios narrados), ou mesmo retornar ao palco dos acontecimentos após residir em Toledo, indica um campo de ponderações que aponta para a avaliação da vida que se tem e do modo como se lida com as pressões que enfrenta. Afinal, a despeito dos riscos assumidos, Benitez voltou, após um período de oito meses, ao trabalho que realizava na propriedade onde ocorrera o fatídico crime. O regresso, apesar de questionável (tendo em vista a consumação de sua prisão), aponta para os possíveis imperativos que caracterizam as “necessidades” do emprego aos trabalhadores.

Entretanto, questões como essas podem ser pauta de divergência entre os próprios trabalhadores, tal qual se observa na notícia elaborada pelo programa jornalístico Panorama – espécie de edição matutina do *Frente Ampla de Notícias*, ambos produzidos pela Rádio Difusora do Paraná –, o qual narrou, no final do ano de 1987, as circunstâncias em que “Filho apedreja pai por causa de 500 cruzados”.

Desta vez, a recorrente fórmula sensacionalista destacava a falta de entendimento quanto à destinação dos ganhos auferidos com trabalhos, em que pai e filho teriam atuado conjuntamente:

Esteve na Delegacia de Polícia na tarde de ontem, Marcos, residente em Linha Flor de Maio, no distrito de Iguaporã, para registrar queixa contra seu próprio filho Irio, de 19 anos de idade. De acordo com as declarações de Marcos, ele e seu filho haviam realizado um trabalho para o Sr. Valmor, tendo recebido pelo mesmo 500 cruzados.

O jovem se precipitou e cobrou o serviço, e ficou com o dinheiro o qual gastou em baile no final de semana.

Na tarde de ontem, Marcos disse ter questionado o seu filho sobre o por que daquela atitude, e o mesmo de imediato passou a

apedrejá-lo, com enorme violência até que ele caísse ao solo, sem condições de reagir e com vários ferimentos, nas costas, cabeça, mãos e braços.

Marcos chegou a declarar que seu filho Irio tentou matá-lo, pois mesmo ele implorando para que o jovem não o agredisse, este só parou quando notou que seu pai estava imóvel.

Devido a isso, ele, após ser atendido em hospital onde foi realizado o laudo de lesões corporais, registrou queixa na Delegacia de Polícia solicitando providência por parte das autoridades policiais.<sup>32</sup>

Aqui, pai e filho discutem (e entram em confronto) ao decidirem como destinar os rendimentos advindos de suas atividades como trabalhadores. No entanto, o cenário não é o território da produção, mas, sim, o da moradia que compartilhavam, apesar de o horizonte em debate ter extrapolado o cercado que delimitava o terreiro da casa. Novamente, a condição de classe, expressa na própria manifestação das limitações da vida como trabalhador, explode no conflito de avaliações destoantes, direcionadas à administração dos parques ganhos (no caso, correspondente, em novembro de 1987, à sexta parte do valor do salário mínimo nacional).

A agressão, que se constituiu em caso de polícia, parece insinuar que esse desentendimento guardava sua própria latência, passível de uma deflagração que acabou por se consumir. Haja vista que Irio resolveu tomar para si proventos que também pertenciam a seu pai, talvez porque julgara que em outras ocasiões não vinha usufruindo dos resultados de seu trabalho, pelo menos não do modo como entendia ser mais proveitoso a seus interesses.

Assim, o jovem filho do Sr. Marcos se autorizou a realizar gastos noturnos em um baile, festividade levada a cabo em um fim de semana, ocasião de sociabilidade de muitos trabalhadores.

Apoiando-se em uma possível comoção dos ouvintes, incitada pela divulgação de um conflito familiar com esses contornos, o programa radiofônico apontava a presença do jovem trabalhador

---

<sup>32</sup> FILHO apedreja o pai por causa de 500 cruzados. *Panorama*. Marechal Cândido Rodnon: Rádio Difusora do Paraná, 4 de dezembro de 1987. Programa de Rádio.

nesse universo de diversão como elemento de desarranjo daquelas que deveriam ser as adequadas condutas familiares. Uma insinuação que muito provavelmente encontrou acolhida nas avaliações de diversos pais (inclusive de trabalhadores), os quais esperavam desviar-se de intempestividades como essas.

Nessa narrativa, tanto quanto nas demais, deparamo-nos com o enquadramento da espetacularização dos eventos comunicados, assim como com a usual exposição dos sujeitos narrados. Não que estejamos cobrando compromissos dos que conceberam (e detêm) esses meios de comunicação para com os trabalhadores; não seríamos tão ingênuos a esse ponto, afinal parece claro que não é essa a lógica que preconiza suas ações.

Também não vemos, nessas posições, nenhuma espécie de inviabilidade e/ou desqualificação das questões que construímos no decorrer deste trabalho. Com essa argumentação, estamos, sim, chamando a atenção para as limitações desse material, tanto quanto para o alcance do fôlego de nossas questões. Mas não de uma limitação indefinida e abstrata. Pelo contrário, destacamos que a moldagem projetada na narrativa burguesa limpa de seu horizonte elementos que explicitam o terreno da desigualdade em que se fixam os personagens noticiados. Ao invés disso, resta a imagem da degradação moral — componente central de suas anúncios e próprias do enquadramento de classes.

Nesse enredo, confere-se pouca ênfase às atividades de trabalho realizadas pelos trabalhadores, tanto quanto às condições mais gerais de suas vidas — ao menos no que tange aos aspectos da moradia e de suas condições de sobrevivência. Em seu lugar, ganha espaço o exotismo, que espelha as distinções classistas. O que, com esses materiais, evidenciamos não a partir de pronunciamentos generalizantes sobre a natureza capitalista da imprensa, mas, sim, identificando, mesmo em comunicações aparentemente triviais, seus crivos e intencionalidades políticas.

\*\*\*\*\*

Feitas essas observações, precisamos reconhecer que as elaborações apresentadas (tratem elas de conturbações vividas

entre trabalhadores ou no confronto desses sujeitos com seus patrões) permitem evidenciar um campo de tensão afeito a aproximações e conflitos que se apresentam envoltos na dinâmica das relações classistas. Uma dinâmica que extrapola o espaço da produção, ao mesmo tempo em que não pode ser compreendida se ignorarmos esse ou outros aspectos que abarcam a condição de classe dos trabalhadores.

Acreditamos que a associação dessas dimensões — expressas na vida de trabalhadores — continua exigindo uma elaboração mais contundente. Algo que permanece demandando uma posição investigativa e interpretativa que extrapole a compartimentação fragmentária e segregacionista mantida na bipartição “mundo do trabalho” e “cotidiano de trabalhadores”.

E com isso, não pensamos em apartes que se complementariam em tópicos e capítulos distintos, supostamente unificados por integrarem um mesmo trabalho ou por comporem uma mesma obra. Estamos, isso sim, questionando os próprios termos que definem essa problemática.

Petersen, no início da década de 1990, problematizava a incorporação do uso da noção de cotidianidade como alternativa ao que muitos historiadores rechaçavam como “epistemologia racionalista”, ou mesmo “recusa às grandes sínteses, [...] às explicações de caráter estrutural”.<sup>33</sup> Ao incomodar-se com a expansão desse universo de reflexão, a autora também se preocupou com o que definiu como ausência de conteúdo dessa noção, indicando que sua presença em certas análises históricas apontava, naquele momento, para dimensões do processo histórico que careciam de maior fundamentação teórica, condenando aquelas investigações como produto de um debate desprovido de maiores consequências, julgando-o fragmentário e relativista.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> PETERSEN, Sílvia R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 25, Jan./Jul. 1992.

<sup>34</sup> PETERSEN, 1992, p. 26.

Suas ponderações interpelavam os historiadores a se atentarem ao uso da noção de cotidiano que, segundo suas avaliações, vinha se restringindo à situação de uma mera “categoria explicativa”, o que a fazia indagar “em que consiste, afinal, a vida cotidiana?”<sup>35</sup> Ao retomarmos essas indagações, propostas por Petersen a mais de duas décadas, a percepção aparente é que distinções e preocupações sobre a “vida cotidiana” e a “face não cotidiana da vida” continuam fomentando fortes discussões analíticas.

Nosso interesse, ao tratar da dimensão tida como “cotidiano”, enquanto reverso da noção “mundo do trabalho”, foi alargar a própria afirmação que a autora se colocou, qual seja, “mesmo considerando que a dimensão cotidiana está presente em todo o modo de existência humana, esta não se esgota no limite da cotidianidade”.<sup>36</sup>

O que Petersen sugeriu como núcleo central de suas provocações parecia não negar a necessidade de encontrarmos “novas respostas para as questões que a vida em sociedade nos coloca”.<sup>37</sup> O que a nosso ver não exige apenas qualificar teoricamente a noção de cotidiano e os supostos políticos que expressa, mas (antes) conseguir dimensionar a vida integral que nas relações de poder se constituem e que, em muitos casos, colocam em dificuldades as assertivas teóricas que acreditam modelar o vivido.

Desse modo, chamamos a atenção para colocarmos a investigação das relações de poder, mantidas por trabalhadores, em outros contornos, os quais tenham suas sinuosidades reconhecidas para além das linhas analíticas até então previamente definidas. Que reconheçamos a pertinência dos meandros que envolvem as condutas de trabalhadores ultrapassando os parâmetros tipificadores e segmentários.

---

<sup>35</sup> PETERSEN, 1992, p. 32.

<sup>36</sup> PETERSEN, 1992, p. 36.

<sup>37</sup> PETERSEN, 1992, p. 42.